

# JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente

BERNARD DA COSTA CAMPOS — Diretor

ECONOMIA-BRASIL

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Executivo

MAURO GUIMARÃES — Diretor

FERNANDO PEDREIRA — Redator Chefe

MARCOS SÁ CORRÉA — Editor

FLÁVIO PINHEIRO — Editor Assistente

JOSÉ SILVEIRA — Secretário Executivo

## Um Golpe na Esperança

**E**sse é sempre da classe média que o governo se lembra e é a ela que recorre em primeiro lugar na hora do aperto. E governo que não zela pelas suas despesas vive em dificuldades financeiras crônicas. Variam as alegações, mas os motivos são os mesmos: gasta sempre mais do que retira da sociedade porque é fácil ser perdulário com o dinheiro alheio.

Um plano de metas em que a nação possa confiar deveria ter como a primeira delas extinguir as despesas improdutivas. Só assim estaria autorizado a pedir mais à sociedade. Antes de pensar no ano dois mil, é obrigação moral do governo pensar no exercício financeiro de 1986, que começa o segundo semestre sob a ameaça de um rombo. A única contenção até agora foi a dos zeros, graças à conversão de mil cruzeiros antigos em um cruzado. No mais, as despesas correm folgadas por conta da velha improdutividade do estado e da corte burocrática.

Mais uma vez o governo se desaperta no bolso da classe média, que conseguiu equilibrar a respiração graças ao cruzado. Passou então a gastar com aquilo de que se havia privado nos anos críticos da inflação. Só por isso é escolhida para pagar as despesas incontroláveis do poder público? Ora, a classe média gasta o que ganha com o seu trabalho para viver o seu sonho. Consome o que é produto de uma visão da vida, de uma concepção cultural e uma oportunidade aberta pela educação. Gasta o que é seu, enquanto o governo gasta o que não lhe pertence; gasta além do que dispõe e ainda toma por conta do seu desregimento.

É sintomático que, antes de apresentar as contas das despesas e de submeter ao exame da sociedade o seu projeto para o futuro, mais uma vez o governo recorra à classe média para cobrir a vida perdulária da burocracia e dos privilegiados que, em Brasília, se desobrigam até do pagamento do imposto de renda. É essa imensa parcela majoritária da sociedade, sobre a qual se constroem as democracias modernas, que o governo despeja o custo da sua displicência gerencial.

Mais uma vez o governo cede ao rombo nas suas contas para suplementar-se de recursos extras. Para esconder a diferença que deixa à vista a sua incapacidade de controlar a burocracia, o governo anuncia um Plano de Metas, mas por trás de tudo fala mais alto a falta dos dinheiros públicos consumidos em inutilidade e ociosidade. Este não é um pacote de medidas administrativas, mas um verdadeiro container fiscal, que tem como destinatário a classe média brasileira.

Se fosse realmente um plano de metas dimensionado pela visão do futuro, seria dispensável o recurso ao velho truque de meter antes a mão no bolso do contribuinte. Se a necessidade tivesse realmente a ver com o futuro do país, o Plano viria na frente da sobrecarga tributária que funcionou como arauto das metas. E quais são efetivamente as metas? Pode-se

imaginar à vontade, porque o governo, tão perdulário em gastar, é parcimonioso nos planos que faz: oferece apenas princípios gerais. Ora, princípios gerais são excessivamente folgados para serem tomados como compromissos políticos. É lícito ao cidadão ficar com a suspeita de que tudo não passa de nova embalagem para o mesmo produto de sempre: a arrecadação tributária extra se destina, antes de mais nada, a cair a fachada da tradicional diferença entre a receita e a despesa do governo. Ou seja, a encher a barriga voraz do déficit público.

Não há indício mais claro da mentalidade de indiferença moral com os gastos públicos do que o anúncio, feito na véspera, da concessão do 13º salário aos servidores públicos ainda este ano. Esperava-se uma Reforma Administrativa para instrumentalizar o controle do governo sobre sua máquina — e veio um salário adicional para os burocratas.

Num dia acena com os gastos, no seguinte descarrega sobre os cidadãos os aumentos tributários. Há uma relação direta entre as duas atitudes: nenhum governo pode apelar para a sociedade, alegando estar gastando demais, sem ser capaz de dar o exemplo de austeridade no uso dos dinheiros que os cidadãos lhe confiam para administrar as necessidades da nação. Se o Brasil quer pensar no futuro e investir em favor das novas gerações, o governo tem a obrigação elementar de respeitar antes os que vivem do ganho do seu trabalho. Qual é, afinal, o crime da classe média em consumir os seus próprios ganhos? Não tem culpa de ter sido beneficiada pela vitória contra a inflação, a ponto de ser punida preferencialmente. Anuncia o ministro da Administração o 13º salário para o funcionalismo público sem se dignar sequer a dizer a quanto montará a despesa. Por que, exatamente agora, a extensão de um salário extra a uma categoria profissional que trabalha menos horas e tem inúmeras outras vantagens?

É só um exemplo, mas sintomático. Não é simples coincidência, e sim a demonstração de que o governo continua a ver a sociedade por uma óptica particular, pois não quer que os cidadãos vejam as suas contas. É essa a famosa transparéncia? Através dela não se vê o futuro político. A classe média não é apenas a viga de sustentação tributária, mas também a que sustenta a democracia. Sem uma relação de confiança, a viga cede ao peso da descrença. A democracia não apenas passa pela classe média: detém-se para reverenciá-la com demonstrações de respeito e reconhecimento público.

As medidas restritivas, as razões de fundo burocrático por trás delas e tudo que se esconde sob o impreciso contorno de metas futuras quebram a confiança unânime que o Plano Cruzado havia conseguido. Foi um golpe na esperança.